

FORMULANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE E LAZER NO ÂMBITO DA CIDADE

Matheus Saldanha Filho
Mestre em Ciência do Movimento Humano - CEFD-UFSM
Professor da Universidade Federal de Santa Maria/RS

Com finalidade de possibilitar um debate contemporâneo e indispensável sobre políticas públicas do esporte e lazer é que este trabalho apresenta uma experiência de um processo de formulação de uma política que envolva a identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta destinada ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer de uma cidade. Assim como apresentação de novos moldes de acesso ao Esporte e Lazer com referência em certos princípios norteadores de uma política pública que resgate a defesa de uma cidadania plena.

INTRODUÇÃO

O avanço das políticas neoliberais em todo o mundo provocou uma desagregação da esfera pública, uma desarticulação da ação política. O social conformismo estimulado pela lógica do mercado, procura de todas as formas desqualificar a ação coletiva dos homens no lugar onde vivem. Entre as palavras banidas por este pensamento figuram com destaque “Estado” e “Cidadão”, substituídos por “sociedade de mercado” e “consumidores”. O elogio ao consumismo é acompanhado por um processo de desestruturação completa do político e do espaço público. A democratização da gestão nas cidades pode representar o início de uma resposta à crise de governabilidade que o predomínio da lógica de mercado impôs aos governos e à sociedade como um todo.

Para superar este quadro de desestruturação, de conformismo, as pessoas devem partir daquilo que lhes é mais próximo e familiar. E esse terreno da familiaridade é o terreno das cidades por excelência. A cidade é o lugar privilegiado de inclusão social imediata e de exercício da cidadania como uma tarefa ética. É na cidade que o cidadão trabalha, tem família, se locomove, consome, constrói suas redes sociais, vive sua cultura. Ao contrário dos Estados e da União, a cidade não é uma construção conceitual. Ela é o espaço político, por excelência. Neste sentido, é nela que a ação política começa.

No entanto, as cidades vêm sofrendo um constante ataque a sua autonomia, vem perdendo cada vez mais sua capacidade de intervenção para solucionar seus graves problemas sociais. Esse ataque é nacional e global, o que revela um traço importante desta luta em favor da reconstrução do espaço público. Embora a ação política nas cidades seja um importante e incontornável ponto de partida neste processo, ela não é suficiente em si mesma. As cidades não são ilhas e estão inseridas em estados nacionais e em um mundo cada vez mais globalizado. Assim, a luta política nas cidades é indissociável das lutas nacionais e globais.

A cidade pode se tornar o espaço de reinvenção da democracia juntamente com os mais variados segmentos das comunidades do município interessadas na discussão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Mais do que um simples instrumento de controle da gestão pública, os seminários municipais são um mecanismo de construção da cidadania. Através destes encontros, pessoas e entidades representativas dos movimentos sociais até então marginalizadas reconhecem-se como fazendo parte de algo maior, de uma coletividade que possui problemas comuns e que deve buscar conjuntamente as soluções para estes problemas.

Mediante este tipo de prática coletiva, o indivíduo e as comunidades se apropriam do espaço onde vivem, e se tornam, de fato cidadãos. Ou seja, ao se apropriar da cidade, o indivíduo supera uma situação de isolamento e passa a fazer parte de uma esfera universal: a cidadania. Neste trabalho, que conta com a experiência e as propostas encaminhadas dos seminários de um município do Estado do Rio Grande do Sul, é que oferecemos uma contribuição para a formulação para o debate sobre o papel das cidades na construção de uma sociedade onde a lógica do mercado não funcione como plano diretor. Os temas que compõem este artigo procuram mostrar que o papel das cidades não é só o de resistência ao modelo neoliberal, mas de mobilização, de construção de novas formas de organização social a partir das experiências locais. Estas são apresentadas como um ponto de partida fundamental para a construção de uma verdadeira cidadania, como um ponto de partida para que os sujeitos se reconheçam como parte integrante de algo maior, algo que os integra e os completa como sujeitos, que os torna mais do que átomos isolados e perdidos num mundo louco.

Apresentamos a seguir de forma sistematizada os encaminhamentos dos seminários municipais de esporte e lazer. Nestes encontros foram discutidos tipos de políticas públicas de esporte e lazer que devam ser

realizadas pelo município, bem como a discussão e aprovação de princípios, diretrizes e propostas dentro dos quatro grupos temáticos distintos como: gestão, participação, qualificação e democratização. As propostas apresentadas pela maioria dos participantes com a finalidade de colocar em prática uma ação política de governo na área foram construídas de forma participativa e democrática.

GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS DO ESPORTE E LAZER

O aumento do tempo de não trabalho e da procura por opções de esporte e lazer aponta para a necessidade de se definir políticas públicas que ofereçam alternativas à vivência de lazer e esporte. O que se observa, é que dentre as opções de lazer, o esporte se constitui numa área privilegiada pela procura da população, caracterizando-se também como um campo de trabalho que vem crescendo gradativamente.

Diante disso, criou-se no poder público órgão específico de gestão de políticas públicas que variam nos diversos municípios e unidades federativas em: secretarias, fundações, departamentos ou diretorias, assim como variam o nível de autonomia administrativa e financeira dos mesmos.

Quem gesta as políticas de esporte e lazer em nível municipal, é a Secretaria de Esporte e Lazer, que administrativamente deveria dar conta do esporte formal e informal. Não existe, portanto, uma instância de governo responsável pelas políticas de lazer para a toda a comunidade. A realidade apresentada pela maioria dos municípios é de que as políticas públicas da área são gestadas, na maioria dos quase 596 municípios gaúchos, pelos Conselhos Municipais de Desporto – CMDs -, isto, por não haver uma instância municipal de governo que se preocupe com o esporte e o lazer, portanto os Conselhos, que deveriam contribuir e fiscalizar as políticas de governo acabam tendo que suprir a carência dos municípios e gerar políticas públicas nesta área.

Outros problemas, que consideramos o nó da questão, que se evidenciam nesta área é que hoje as Leis Federais concentram quase todos seus recursos nas políticas da União, pouquíssimas verbas retornam aos estados para as políticas públicas e praticamente nada chega aos municípios para o desenvolvimento de ações de interesse das comunidades locais. Não existe, portanto, receita para administração pública municipal.

Apesar das dificuldades financeiras que se apresentam nas instâncias neste setor, municipais e estaduais, os/as encarregados/as de gerar as políticas de esporte e lazer tem tentado fazê-lo da melhor forma possível, alguns dedicando mais ou menos esforços.

Por outro lado, não faz parte da cultura política a discussão e priorização na área do esporte e lazer. As políticas esportivas e as vivências de lazer, apesar de ser um direito constitucional e fazer parte da vida cotidiana do cidadão, não tem a necessária atenção dos fóruns de políticas públicas, como tem as políticas de educação, saúde, habitação, segurança, etc.

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer são construções participativas de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana. Esse é um desafio que a Carta Constitucional de 1986 nos coloca diante desse princípio democrático fundamental; esta defende a forma pública de governar, incentivando a descentralização, o debate e a participação popular e a oportunidade de inclusão da maioria das comunidades dos municípios para a construção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Entretanto, o atual deslocamento das responsabilidades do Estado para o setor privado tem ameaçado esse direito conquistado historicamente no nosso País.

1. O Município tem definido o seu papel e dos Segmentos da Sociedade diante do Esporte e Lazer?
2. Qual a melhor estrutura administrativa e financeira de gerar políticas públicas no Município? Secretaria? Fundação? Departamento? Diretoria? Outra?
3. Como se dá a participação das comunidades (popular) na gestão de políticas públicas? Conselhos? Fóruns? Conferências? Seminários? Outro?
4. Que nível de autonomia deve ter o órgão de políticas públicas de Esporte e Lazer?
5. Qual a abrangência das ações do poder público referente à vivência de Lazer e Organizações Esportivas?
6. Que são as parcerias para o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer?
8. Quais são as fontes de recursos para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer?

As Políticas Públicas para Esporte e Lazer, consolidadas em concepções e diretrizes claras, constituem elementos importantes para a materialização nas administrações públicas de gestões de políticas que garantam as condições necessárias para atender as demandas nesta área, para que o Esporte e o Lazer sejam efetivamente considerados um direito do cidadão.

PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Idealizamos uma sociedade justa solidária e mais humana onde a participação popular seja um eixo fundamental nessa construção, onde todo o cidadão é, e deve ser sujeito na construção de suas políticas públicas.

No entanto, não podemos compreender a “participação política”, apenas como o ato de votar nas eleições. É claro que votar na escolha de nossos representantes no executivo e no legislativo é uma forma importante de exercer a cidadania e participação política. Cabe salientar, que a participação política dá-se principalmente pela apropriação dos espaços públicos, objetivando construir a sociedade desejada.

Devemos conhecer e discutir os fenômenos que nos envolvem e fazer com que decisões tomadas sejam reflexos do interesse de todos. Acompanhar o desempenho de quem ajudamos eleger é desempenhar um papel de cidadão. Apenas assim, saberemos se foi fiel ao programa de partido; se cumpriu o que programou em campanha e exerceu seu mandato eticamente.

A nossa cultura política não nos estimulou à participação, por exemplo: os longos regimes autoritários fizeram com que interiorizássemos que é desnecessário participarmos. Se tivermos um protetor, um “pai” para resolver nossos problemas ou fazer/decidir as coisas por nós, não precisa nos envolver, podemos nos alienar! Quem participa ativamente sofre duras penas! Diante disso o que significa participação? Há diferença entre ficar alheio e participar ativamente das discussões e decisões? Quais os espaços e/ou canais de participação que estão ao nosso alcance?

Participar também é fazer propostas, tomar decisões e repartir as responsabilidades para concretizar o sonho de todos. Para potencializarmos espaços de participação é necessária a mobilização das comunidades e das organizações sociais, pressionando os espaços de decisões políticas, construindo propostas e qualificando ações. A organização popular poderá vir romper as práticas dominantes e autoritárias pautadas na troca de favores resolvendo os problemas em conjunto.

Desta forma, inicialmente consideramos relevante que desenvolva alguns questionamentos em torno desta temática, para que se construam princípios desencadeadores desta:

Em que instâncias poderia a comunidade participar das decisões políticas referentes ao Esporte e Lazer?

1. Que tipo de público é atendido? Qual a quantidade de pessoas são atendidas? Qual a periodicidade das atividades?
2. Será que é competência do órgão gestor de políticas públicas a organização de jogos comunitários envolvendo os diversos setores da sociedade?
3. A organização dos Conselhos Comunitários de Esporte e Lazer vem possibilitar a participação da comunidade no planejamento de ações de Lazer e no controle dos espaços públicos?
4. Qual a importância dos Conselhos Municipais para construir e fiscalizar as políticas públicas dos governos?
5. Como está a organização dos diversos setores interessados na área do esporte e lazer em nossa cidade?
6. O que as entidades, sindicatos, empresas de serviços esportivos e associações comunitárias têm feito ou têm pensado sobre as políticas públicas de esporte e lazer? De que formas são trabalhadas na prática essas políticas?
7. Como estão estruturados os espaços e equipamentos para prática de atividades?

Com as políticas públicas construídas coletivamente a partir de um ideal de ser humano e sociedade, busca-se dar início a uma intervenção sobre fatores estruturais que determinam os padrões a partir da apropriação e integração da dinâmica do sistema. Para que isto ocorra, é imprescindível a participação da sociedade na definição dos rumos e propriedades do poder público e no fortalecimento do estado para o atendimento das necessidades fundamentais da população. Os programas de investimento nos setores sociais, dos quais o esporte e o lazer fazem parte, são vetores de crescimento e transformação da economia e, por isso, têm reflexos diretos na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A carência de programas públicos de esporte e lazer tem possibilitado o surgimento de ações isoladas de setores da sociedade, os quais muitas vezes não possuem uma concepção filosófica e pedagógica definida.

Os espaços públicos como a praça, o parque, o campo de futebol é referencial na comunidade como ponto de encontro para a caminhada diária, a conversa com os amigos, o encontro de grupos de convivência, o joguinho do campeonato do fim de semana, enfim, locais de extrema importância na sociabilidade e integração de crianças, jovens, velhos e adultos da comunidade/bairro.

Hoje a urbanização toma conta dos espaços das cidades, as poucas opções para o esporte e lazer estão sob responsabilidade da iniciativa privada, tais como clubes, associações, sindicatos, conjuntos residenciais fechados e academias que para sua utilização devem ser pagas, enquanto os espaços e serviços públicos tem sido desqualificados, sucateados, tratados como algo não necessários. É preciso garantir a qualificação, a reestruturação e a ampliação de espaços e equipamentos públicos para a prática do esporte e lazer como opção e alternativa para a parcela da comunidade que não tem como pagar por estes serviços.

Da mesma forma aqui também se faz necessário propor reflexões sobre alguns pontos que podem auxiliar no desenvolvimento de propostas desta temática.

1. Como se encontra os espaços públicos para a prática de esporte e lazer na sua comunidade?
2. Que espaços existem na sua comunidade que possibilitam a pratica do esporte e lazer?
3. Que prática possibilitam?
4. Em que estado de conservação se encontram? São suficientes para atender as necessidades da comunidade?
5. Quem utiliza e como são utilizados os espaços existentes?
6. Todos têm acesso a esses espaços?
7. Os espaços como ginásios, praças, parques, clubes, escolas, quartéis, igrejas, empresas, associações, sindicatos, academias, etc., dificultam ou facilitam a exclusão da comunidade na participação de práticas de esporte e lazer?
8. Quais práticas de esporte e lazer viriam possibilitar as manifestações culturais diversas?
9. Que políticas deveriam ser propostas para garantir atividades esportivas e de lazer que respeitem as peculiaridades das diversas fases do desenvolvimento humano?
10. Quais profissionais deveriam envolver-se no desenvolvimento do esporte e lazer?
11. Existem profissionais para trabalhar nesta área? De que maneira se dá à formação e a qualificação desses profissionais?
12. Qual a configuração dos espaços públicos poderiam garantir o acesso dos cidadãos e cidadãs à prática de esporte e lazer?
13. Como você pode contribuir na organização dos espaços possíveis em sua comunidade?
14. O que seria necessário para melhorar a participação da comunidade no que diz respeito a essa área?
15. Qual a participação das escolas na qualificação das práticas de esporte e lazer?

A participação da comunidade é fundamental para o conhecimento do valor dos espaços públicos urbanos para o esporte o lazer. Os espaços da cidade se constituem na possibilidade de as pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer relações entre elas, com funções sociais e pessoais, os mesmos são componentes primordiais na qualidade de vida.

Para que o espaço urbano seja concebido de forma mais humana, há necessidade de resgatar e recuperar os espaços públicos, como as praças e parques através de um diagnóstico acerca das instalações e dos equipamentos, para planejá-los de acordo com a realidade e demanda da sociedade. É preciso, também construir propostas de utilização dos espaços e/ou equipamentos de outras entidades representativas da comunidade, a fim de que a mesma tenha acesso; associar políticas de animação; discutir e decidir a forma e os critérios de uso dos equipamentos, estabelecer com quem fica a responsabilidade de realizar manutenção, melhoria e recuperação dos mesmos de maneira que criem alternativas à segregação do direito aos mesmos.

Cabe aos gestores públicos de cada cidade se questionarem se a população tem espaço para descanso, divertimento e desenvolvimento, através de opções criativas no tempo livre, que a estimule a organizar-se e ser um coletivo. Assim teremos o esporte o lazer no tempo disponível, a partir de uma atitude de livre adesão, gratuidade, no sentido de não ter outro interesse, além da busca de prazer.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER

A constituição brasileira, lei maior de nosso país, garante dentre os direitos dos cidadãos, o direito ao lazer e ao esporte como elementos sociais que são de extrema importância para a construção e o pleno direito à cidadania. Porém, temos nos deparado com a total falta de legitimidade nesta questão, principalmente pelos órgãos públicos, que muito comumente, tem em seus projetos e investimentos o sentido de favorecer a poucos e privilegiar algumas práticas em detrimento de outras não menos importantes, tendo como seu principal critério o retorno financeiro que determinado esporte proporciona. O fato é que a maioria da população, principalmente da periferia, fica na dependência de esforços isolados, para que possa resistir e também fazer parte desta história.

Hoje o esporte está em cada canto, principalmente através do futebol nos campos de várzea, mas também da capoeira, resgatando a cultura negra e sua influência. As danças de rua e suas manifestações que constroem formas alternativas de se comunicar com o mundo, às conversas de bar e as festas, mobilizam bairros inteiros construindo assim vivências de lazer e esporte.

Os espaços públicos, como praças, estão desaparecendo em meio a muros de concreto. Além disso, constata-se o desaparecimento da infância de rua, a destruição das áreas verdes e a privatização dos espaços, onde somente alguns podem entrar. Também excesso de trabalho para complementar o sustento da família, implica na redução do tempo lazer, diminuindo as possibilidades de convivência humana. No lugar da alegria e do prazer, as pessoas estão mais sérias, preocupadas e estressadas, comprometendo também a sua saúde.

Neste contexto, é necessário construir políticas públicas de esporte e lazer, possibilitando acesso a atividades criativas e prazerosas, que preservem a identidade e a história das comunidades, dos grupos e subgrupos sociais marginalizados, resgatando e valorizando práticas presentes em suas manifestações corporais, poderão possibilitar a melhoria da auto-estima de muitos setores excluídos das oportunidades, bem como, a manifestação autêntica de idéias expressivas e criativas da cultura popular. É na conquista do gosto de si mesmo que mulheres e homens descobrem possibilidades coletivas de luta generosa por uma vida com dignidade – mais justa, mais solidária e mais feliz – garantindo assim, de forma revolucionária, princípios da cidadania e da democracia como valores universais.

Portanto, o Estado como gestor de políticas, tem a responsabilidade de promover a democratização das práticas e das reflexões referentes às oportunidades e espaços públicos de esporte e lazer, que devem ser garantidas, em todas as suas manifestações educativas, participativas e de performance, como direito de todos.

Diante disso, Thomaz (2001, p.17) comenta: “já é tempo de pensar que temos direito às práticas de esporte e lazer”..., portanto é dever de cidadania exigir prioridades de apoio a ações de esporte e lazer nos espaços públicos e comunitários, dentro e fora das práticas escolares, que visem resgatar a dignidade das populações das periferias, urbanas e rurais, valorizando a auto-organização e a participação ativa das comunidades e resgatando a auto-estima de crianças e adolescentes, mulheres, idosos e/ou portadores de deficiência, em especial aqueles em situação de risco social ou biológico.

Dessa forma acreditamos que as políticas sociais básicas são inegociáveis, são direitos incondicionais de todos os sujeitos. Cabe ao poder público, em parceria com a sociedade civil, construir políticas públicas de esporte lazer para satisfazer essas necessidades e desenvolver cidadãos ativos que, sejam capazes, segundo Pereira (2002, p.27), de desfrutar uma vida prolongada e saudável, conhecimento, liberdade política, segurança social, participação cumulativa, direitos humanos garantidos e respeito a si próprio.

Para formular uma política nessa área em novos moldes é preciso tomar como referência certos princípios norteadores de políticas públicas como a descentralização responsável, a democracia participativa, a efetividade social, a ética solidária e transparência administrativa. Com base em tais princípios ou diretrizes de ação, as questões base a serem enfrentadas nos fóruns de discussões:

1. Em seu bairro, que tipo de atividades de esporte e lazer são mais praticadas? Existem grupos de convivência, abertos à participação de todas as pessoas?
2. Que grupos organizações sócias (ligas, associações, sindicatos, empresas de serviços, clubes esportivos e de lazer, etc.), existem na sua comunidade?
3. Como é sua intervenção junto a esses grupos e no envolvimento com a comunidade? Como você entende que deveria ser a intervenção desses grupos?
4. Existe projeto de iniciação esportiva como capoeira, handebol, futsal, vôlei, futebol, basquete, dança, lutas, natação, atletismo e outras em sua comunidade?
5. Como atender a comunidade sem quadro de funcionários?
6. Os espaços públicos no seu bairro são utilizados pela comunidade?
7. Os idosos, as pessoas portadoras de necessidades especiais, as crianças, os jovens, as mulheres tem igual possibilidade de participação nas práticas de esporte e lazer?

8. Como possibilitar ao cidadão e cidadã, independente de raça, crença, gênero, condição sócio-econômica, aptidão física ou capacidade específica, práticas esportivas e opções de lazer diversificadas?
9. Quais as ações o poder público deve tomar para possibilitar o acesso ao esporte e lazer?
10. Qual o papel da escola referente às questões de esporte e lazer?

Acreditamos que o esporte o lazer devem contemplar toda a população, respeitando as características e necessidades específicas, com ênfase aos cidadãos mais excluídos, que denominamos de prioridades solidária. Para isso é preciso construir políticas bem definidas, buscando criar novos referenciais junto à população, para que a mesma tenha identidade cultural com a prática esportiva/recreativa qualificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, quando se anuncia uma nova era de reconstrução nacional, que deixa para trás a omissão do Estado na promoção do desenvolvimento social, é preciso não esquecer que o processo de redemocratização do Estado consagrou a participação popular na gestão da “coisa pública” ao fundar as bases para a introdução de algumas experiências que contribuíram para a ampliação da esfera pública no país, entendida como arena na qual as questões que afetam o conjunto da sociedade são expressas, debatidas e tematizadas por atores sociais. Esses espaços, além de possibilitarem o exercício do controle público sobre a ação governamental, também tornam públicos os interesses dos que os compõem.

Tais experiências alteram significativamente a relação Estado/sociedade na medida em que criam novos canais de participação popular. Desta forma concluo afirmando que é preciso que os municípios tenham um papel dos mais importantes no desenvolvimento das políticas públicas do esporte e lazer assumindo a função de gestores destas políticas.

Para desenvolver e implementar estas políticas é necessário estabelecer vínculo constante com a população através de participação, inclusão e qualificação das práticas e espaços de esporte e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a conquista da cidadania.

Outro grande desafio é a qualificação dos órgãos gestores como o aumento da sua capacidade técnica, o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, a formação e capacitação dos recursos humanos, o aumento da capacidade de mobilizar os recursos públicos de maneira mais eficiente e o desenvolvimento de habilidades gerenciais que contribuam na viabilização das novas atribuições do município.

Para formular políticas públicas nessa área em novos moldes é imprescindível e necessário que as ações deverão ser direcionadas para o trabalho participativo na busca de interfaces intersetoriais do poder público e com a parceria, apoio, convênio e patrocínio da iniciativa privada. De modo a garantir a construção coletiva de seus programas, projetos como também com ações através da participação popular com a descentralização das atividades, de forma a possibilitar o maior acesso das pessoas do município, às atividades desenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri (Org.) **A Duração das Cidades – Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**, Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001.
- ARANTES. Otilia, VAINER. Carlos, MARICATO. Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CADERNO DE SISTEMATIZAÇÃO. **I Conferência Estadual de Esporte e Lazer: Sistematização dos Princípios, Diretrizes e Propostas**, Porto Alegre, RS: FUNDERGS, 2002.
- CADERNO IDEACÃO. **Políticas Sociais para um Novo Mundo Necessário e Possível**, Porto Alegre, RS, II Fórum Social Mundial, 2002.
- CADERNO LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Um Outro Mundo Urbano é Possível**, São Paulo, SP: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria e Políticas Sociais – Polis, 2001.
- CARVALHO, Alysson (Org.) **Políticas Públicas**, Belo Horizonte, Editora UFMG; Proex, 2002.
- MARCELINO, Nelson C. (Org.) **Políticas Públicas Setoriais de Lazer – O Papel das Prefeituras**. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.
- _____. (Org.). **Lazer & Esporte: Políticas Públicas**, 2ª Ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais**. SP, Ed. Cortez, 2000.
- CADERNO DE RESOLUÇÕES – Secretaria de Município da Educação/Diretoria de Esportes e Eventos de Santa Maria – **II Seminário Municipal de Lazer, Esporte e Educação Física Escolar**, Santa Maria, RS, 2002.

SASSEN, Saskia. **A Cidade e a Indústria Global de Entretenimento**. In: Lazer numa Sociedade Globalizada, São Paulo, SP: SESC, 2000.

THOMAZ, Florismar O. **Tecnologia, Tempo Livre e Emancipação Humana**. Texto, 2001.

ENDEREÇO:

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Educação Física e Desportos

Faixa de Camobi, Km 9 - Campus Universitário

Santa Maria – RS – CEP: 97.105-900

E-mail: matheus@cefd.ufsm.br

Telefones: (55) 220 8177 – Cel: 55 9977 1605 ou Fax: (55) 220 8016